



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS

Ata da 130ª reunião extraordinária, realizada em 01 de agosto de 2022

1 Em 01 de agosto de 2022, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de
2 Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), por meio de videoconferência realizada pela
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Compareceram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Marcelo da
5 Fonseca, representante da Semad; Tuliana Macedo Vasconcelos, representante da Secretaria de
6 Estado Planejamento (Seplag), Pedro D'Ângelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Florence Belo Sidney, da Secretaria de Estado de
8 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de
9 Governo (Segov); Ângela Ferreira Vieira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Rogério Pedersoli
10 de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jonathan Luiz T. de
11 Carvalho, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Cultura
12 de Minas Gerais (Secult); Carolina Frare Lameirinha, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
13 (MPMG). Representantes do Poder Público Municipal: Maria Eduardo de Moraes Lana, da Prefeitura
14 Municipal de Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo
15 Horizonte; Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal de Betim; Josias Gomes Ribeiro
16 Filho, da Prefeitura Municipal de Araçuaí; Lucas de Oliveira Castro, representante da Prefeitura de
17 Viçosa; Paola de Oliveira Silva, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Gilberto Gonçalves Quintão,
18 da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Sidney Jose da Rosa, Prefeitura de Itapeva; Antônio Geraldo
19 de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:
20 Leocádio Alves Pereira, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato
21 Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
22 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da
23 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, da Federação
24 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de
25 Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
26 (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais
27 (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de
28 Minas Gerais – Peixe MG; Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr).
29 Representantes da Sociedade Civil ligada aos Recursos Hídricos: José Hermano Oliveira Franco, da
30 Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Maria Teresa de Freitas Corujo,
31 do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu
32 (Mover); Marcos Temponi, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG); Décio
33 Antônio Chaves Beato, representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS/MG),
34 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz
35 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de

36 Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). **Ausente na reunião:** a
37 Prefeitura de São João do Manteninha. Presidente Marcelo da Fonseca: “Bom dia, nós estamos
38 aguardando o quórum de deliberação, já temos o de instalação, mas como a nossa votação depende
39 de quórum qualificado, por ser alteração de Regimento, ela depende de quórum qualificado. Então,
40 aguardamos mais um pouquinho para poder iniciar a reunião com quórum apto à votação”.
41 Constatado o quórum pela Secretaria Executiva, iniciou-se a 130ª Reunião Extraordinária do Plenário
42 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, com a execução solene do Hino Nacional
43 Brasileiro. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.**
44 O presidente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 130ª reunião extraordinária do Plenário do
45 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Na sequência o presidente Marcelo da
46 Fonseca, passa para o item **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente Marcelo da Fonseca:
47 “Dando sequência à nossa reunião, pergunto se há manifestações por parte do conselheiro”. Valter
48 Vilela Cunha (Abes): “Bom dia senhor Presidente. Eu vi que foi publicado isso decreto 48.474, de
49 junho deste ano, que altera o decreto 47.866, que estabelece o regulamento do Igam. O Senhor
50 poderia explicar para nós qual o sentido deste Decreto?” Presidente Marcelo da Fonseca: “Sim,
51 Conselheiro. Foi uma pequena alteração no que se refere ao prazo de transição das outorgas. As
52 outorgas ficaram sob responsabilidade da Semad até maio de 2018 e de lá até os dias de hoje, nós
53 estamos trabalhando para fazer essa transição. Acontece que nós ainda temos um pequeno passivo,
54 menos de mil processos, para concluir e para que isso não prejudique a análise dos processos nós
55 prorrogamos por mais seis (06) meses, até o final deste ano, a competência da Semad para
56 permanecer analisando os processos de outorga, aqueles vinculados ao licenciamento ambiental. A
57 partir de 1º de janeiro de 2023 análise dos processos de outorga ficará sob responsabilidade exclusiva
58 do Igam. Até lá, essa análise permanece compartilhada entre Semad, por meio da das presidências
59 regionais e Suppri e Igam”. Valter Vilela Cunha (Abes): “Muito obrigado, ficou claro.” Conselheira
60 Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Bom dia. Como foi falado a questão de outorga,
61 eu quero aproveitado a oportunidade para saber se o IDE Sisema já está com os status incluídos de
62 concessão de outorgas do ano de 2021, que não estava ainda, se não me engano até março desse
63 ano. Gostaria de saber se já foi incluídos os status das outorgas do ano de 2021.” Presidente Marcelo da
64 Fonseca: “Sim, Conselheira, já estão todos inseridos lá. Mais alguma inscrição? Não havendo, vamos
65 dar sequência à reunião.” **4. Exame e deliberação dos destaques da minuta de Deliberação**
66 **Normativa CERH-MG que estabelece o regimento interno do Conselho Estadual de Recursos**
67 **Hídricos e dá outras providências, parcialmente aprovada na 129ª RE de 21.07.2022. Apresentação:**
68 **Semad e Igam. SOBRESTADO em 21/07/2022. VOTAÇÃO do 1º destaque (artigo 5º). APROVADO 27**
69 **votos favoráveis, 8 contrários, 1 abstenção e 4 ausências.** Votos favoráveis: Seplag, Seapa, Sede,
70 Segov, Seinfra, SEE, Secult, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí,
71 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Peixe-
72 MG, IABr, Angá, Crea-MG, Abes, ICA-UFMG, Siamig, Semad. Contrários: Prefeitura de Belo Horizonte,
73 Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Itapeva, Mover, CRBio 4ª região, Abas/MG, UFU e Uniube
74 (Justificativa: concordância com as colocações do Prof. Sylvio, da forma que está existe uma restrição
75 grande a questão de recursos hídricos, a própria lei dificulta o entendimento do que é recursos
76 hídricos). Ausentes no momento da votação: SES, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura

77 de Patrocínio, DMAE Uberlândia. Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: reconheço o esforço do
78 Prof. Sylvio, no nosso parecer está claro que a gestão do Estado violou inclusive a questão do direito
79 à participação, a gestão, todos esses princípios que o professor Sylvio vem lembrando, da política
80 ambiental, então não há como discutir uma DN de um Regimento onde várias das questões principais
81 já tinham sido estabelecidas por decreto, desrespeitando inclusive esse Conselho Estadual.
82 **VOTAÇÃO do 2º destaque (artigo 14). Aprovado por 36 votos favoráveis, 1 abstenção e 3 ausências.**
83 Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de
84 Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa
85 Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram,
86 Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Mover, CRBio 4ª região, Crea-MG, Abas/MG, Abes, UFU,
87 Uniube, ICA-UFMG, Semad. Ausentes no momento da votação: Prefeitura de São João do
88 Mantenhina, Prefeitura de Patrocínio, DMAE de Uberlândia. Abstenção: Instituto Guaicuy
89 (justificativa: pelas argumentações apresentadas no parecer de vistas). **VOTAÇÃO do 3º destaque**
90 **(artigo 26). Aprovado com 24 votos favoráveis, 13 contrários, 1 abstenção e 2 ausências.** Seplag,
91 Seapa, Sede, Segov, Seinfra, SES, SEE, Secult, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte,
92 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio,
93 Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Semad. Contrários: MPMG,
94 Angá, Abes, UFU, (Justificativa: em razão da experiência na participação dessas reuniões, geralmente
95 acontece de casos e temas importantes serem votados com a presença mínima, então eu acho a
96 proposta do Prof. Sylvio plausível, de se garantir um quórum mínimo também no momento da
97 votação), Prefeitura de Betim (justificativa: em razão de garantir um quórum mínimo também no
98 momento da votação), Prefeitura de Araçuaí (justificativa: porque deve ter um quórum qualificado
99 para votação), Prefeitura de Itapeva (justificativa: em razão de garantir um quórum mínimo para
100 deliberar temas importantes), Mover (justificativa: seguindo as argumentações do Prof. Sylvio),
101 CRBio 4ª região (justificativa: seguindo as argumentações do Prof. Sylvio, acreditando na seriedade
102 do conselho votar com qualquer número), Crea-MG (justificativa: levando em consideração a
103 garantia de 1/3 de quórum pela seriedade), Abas/MG (justificativa: porque o próprio quórum oscila
104 no decorrer das reuniões e no final geralmente tem poucos conselheiros presentes, fazendo-se
105 necessário garantir um quórum mínimo com presença representativa), e Uniube (Justificativa:
106 acompanhando as argumentações do Prof. Sylvio e data vênua aos conselheiros que se pronunciaram
107 sobre o agendamento das reuniões ordinárias, mas, há as reuniões extraordinárias, considerando
108 que há matérias importantes sendo deliberadas em reuniões extraordinárias). ICA-UFMG,
109 (Justificativa: seguindo a mesma linha das colocações do Prof. Sylvio, tendo mais segurança e
110 transparência). Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: pelas argumentações apresentadas no
111 parecer de vistas). Ausentes no momento da votação: Prefeitura de São João do Mantenhina, DMAE
112 Uberlândia. Solicitação do registro em ata, realizada pela Conselheira Verônica da Segov, a respeito
113 da sua manifestação de voto favorável: 'Presidente eu só queria deixar aqui registrado para além do
114 comentário que o Senhor fez sobre a suspensão da reunião após 8 horas, uma fala que me marcou
115 na última reunião, do Professor Sylvio, em relação ao compromisso que a gente tem que ter com as
116 reuniões. Elas são convocadas com antecedência, exatamente para a gente se programar, reagendar
117 os compromissos, se tiver outros compromissos já marcados, o cronograma é anual, a gente vota o

118 calendário no final do ano par o ano subsequente. Então é uma coisa que a gente tem que ter muito
 119 firme, eu achava inclusive até desnecessário ter um quórum mínimo, porque para mim é o
 120 compromisso do Conselheiro estar presente à reunião. Então, por isso eu voto favorável à
 121 manutenção do texto original”. **VOTAÇÃO do 4º destaque (artigo 52). Aprovado com 32 votos**
 122 **favoráveis, 3 contrários, 1 abstenção e 4 ausências.** Seplag, Seapa, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult,
 123 MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Araçuaí Prefeitura de
 124 Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, Cemig,
 125 Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, CRBio 4ª região, Crea-MG,
 126 Abas/MG, Abes, ICA-UFMG, Semad. Contrários: Mover, UFU, Uniube, (Justificativa: de acordo com o
 127 já colocado). Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: pelas argumentações apresentadas no
 128 parecer de vistas). Ausentes no momento da votação: Sede, Prefeitura de Betim, Prefeitura de São
 129 João do Manteninha, DMAE Uberlândia. **VOTAÇÃO do 5º destaque (novo artigo): ‘Artigo X - A**
 130 **manifestação de voto dos conselheiros, nos processos de votação, seguirá a ordem alfabética do**
 131 **nome da instituição que compõe a unidae colegiada, em reuniões remotas. Parágrafo único – a regra**
 132 **da ordem alfabética de manifestação de voto nos processo da votação não se aplica à presidência da**
 133 **reunião, que ocorrerá sempre por último’.** **Não aprovado** por 4 votos favoráveis, 30 contrário, 3
 134 abstenções e 3 ausencias. Favoráveis: Prefeitura de Santa Bárbara, Mover, UFU, Prefeitura de
 135 Araçuaí). Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: pelas argumentações apresentadas no parecer
 136 de vistas). Contrários: Seplag (justificativa: entendo que uma vez eu coloco uma regra na ordem do
 137 plenário, se alguém coloca a resposta no chat vai fugir à regra geral, algum argumento vai gerar algum
 138 tipo de questionamento de voto e e eu também discordo com o voto da presidencia da Semad ser
 139 ao final. A Semad é a maior conhecedora da pauta e eu não entendo que ela tenha que fazer algum
 140 voto de minerva, de decisão. Ela já conhece a postura decidida e declarada e não vejo problema na
 141 manifestação dela ser primeiro); Seapa, Prefeitura de Viçosa, (justificativa: além de engessar as
 142 reuniões e organização, tirar autonomia da Secretaria Executiva, ele ainda pode fragilizar a
 143 organização a reunião e dar brecha para gerar questionamentos de ilegalidade, que não interessa
 144 para ninguém); Segov, Seinfra, SEE, SES, Secult, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de
 145 Patrocínio, DMAE Uberlândia, Copasa, Fiemg, Ibram, Abragel, IABr, Angá, CRBio 4ª região, Crea-MG,
 146 Abas/MG, Abes/MG, Uniube, (justificativa: pelos mesmos fundamentos e argumentações feitas pelos
 147 colegas anteriores), Prefeitura de Itapeva, Siamig, (Justificativa: pelo fato da planilha atual já atender
 148 as proposições); Faemg (Justificativa: pela manutenção da ordem como está e por alguns argumentos
 149 quanto às reuniões presenciais); Peixe-MG (Justificativa: o modelo atual já atende e pela
 150 irrelevância); ICA-UFMG (Justificativa: além dos argumentos, não vejo importância na questão dos
 151 recursos hídricos) e Semad. Abistencão: Prefeitura de Belo Horizonte, Cemig, (justificativa: a própria
 152 tabela mostrada agora, já mostra tudo que o Sylvio defendeu), Instituto Guaicuy (justificativa: pelas
 153 razões apresentadas no parecer de vistas); Ausentes no momento da votação: Sede, Prefeitura de
 154 Betim, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Rio Pomba. Após a conclusão da votação
 155 o presidente realizou agradecimentos a toda a equipe de trabalho. Presidente Marcelo da Fonseca:
 156 “Nós encerramos o processo de votação do nosso Regimento. Os nossos sinceros agradecimentos a
 157 Jeisa e toda a equipe da Secretaria Executiva que nos permitiu essa discussão aqui pelo menos
 158 durante três reuniões, para chegar ao fim aqui a este Regimento e também a todos os conselheiros

159 que durante as três reuniões estiveram aqui discutindo conosco esse Regimento”. Início das
160 discussões. Presidente Marcelo da Fonseca: “Para darmos sequencia, destaco que todos os itens já
161 foram discutidos, então a proposta é que a gente já vá para as a deliberação, considerando que todos
162 as discussões ocorreram ao longo da reunião do dia 21. No entanto, fica a critério do conselho a
163 necessidade de qualquer esclarecimento. Então a proposta seguir os itens na ordem que
164 desaparecem o Regimento e não tendo nenhum destaque a gente já colocar em votação, entre as
165 duas versões apresentadas, a versão seja ela a original modificada ou a nova proposta de destaque,
166 apresentado ao longo das reuniões que antecederam essa. Então para iniciarmos, eu peço a Jeiza
167 para projetar o primeiro destaque”. Jeiza Fernanda Augusta de Almeida (Assessora Regimental):
168 “Bom dia conselheiros, bom dia Presidente. Nós temos alguns destaques. Dando continuidade, nós
169 já vimos deliberado sobre a minuta e ficara, alguns destaques para analisar. Em relação ao artigo 5,
170 houve uma proposta de alteração de redação, professor Sylvio e também a proposta de alteração
171 proposta Faemg, que à época na reunião retrasada a Semad e o Igam concordaram com a proposta,
172 e sugerimos melhorias sobre a redação apresentada”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Bom
173 dia a todos. Eu queria só perguntar se a apresentação, se a Faemg e a Universidade Federal de
174 Uberlândia vão defender a proposta, vão apresentar algum tipo de argumentação ou seja vai ser
175 levado para a votação. E a segunda coisa que eu queria perguntar, que infelizmente a gente não
176 consegue fazer na reunião remota, somente na presencial, é se daria para conversar com a Faemg,
177 para tentarmos chegar num acordo, para não ter que apresentar dois modelos”. Jeiza Fernanda
178 Augusta de Almeida (Assessora Regimental): “Podemos chamar a Faemg, mas diante das colocações
179 desse Conselho, fizemos a adequação da redação do artigo 5. Mas, podemos chamar o representante
180 da Faemg para conversar”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Bom dia conselheiros,
181 Presidente. Bom, a proposta foi em acordo com a Semad, tanto que a Semad cortou a proposta dela.
182 Vejo que não há tanta divergência, estamos tratando do que é feito mesmo pelo CERH-MG”.
183 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “A diferença entre as propostas é que a proposta da Fiemg
184 é mais restritiva, ela especifica quais são os assuntos que podem ser tratados e a partir do momento
185 que ela especificar assuntos, qualquer outro assunto, mesmo que seja sobre recursos hídricos,
186 mesmo que provoque a melhoria das condições dos recursos hídricos no uso dos recursos hídricos
187 do Estado, ela não poderia ser debatida por causa das restrições colocadas na redação que vocês
188 estão propondo. Veja, as coisas que vocês sugerem são o foco, mas eu acho que nós podemos ter
189 outros assuntos. E o problema é que no direito público, só se pode fazer o que está escrito e aquilo
190 que não está escrito, a gente não vai poder tratar”. Jeiza Fernanda Augusta de Almeida (Assessora
191 Regimental): “Thiago, uma questão mais técnica em relação às discussões sobre esse artigo 5, você
192 tem alguma colocação? Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Bom dia a todos! Eu gostaria de entender
193 pela fala do Sylvio, o que faltaria, porque dentro das limitações que a lei traz são exatamente essas
194 situações, sobre gestão da política de recursos hídricos, o controle, sua utilização em qualidade e
195 quantidade satisfatórias. A proposta traz um recorte do que a atribuição da lei da política de recursos
196 hídricos, o objetivo da lei. Então, o que faltaria sobre questões relativas a quantidade e qualidade em
197 regime satisfatórios em âmbito das atribuições do CERH-MG?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi
198 (UFU): “O conselho Estadual, salvo engando, ele tem a possibilidade de discutir a política de recursos
199 hídricos, além daquele que está delimitado e não me recordo exatamente da redação daquele que

200 prevê a nossa lei das águas, mas me parece que ela não é tão limitante. Podemos verificar isso. E
201 trata-se até de uma questão de bom senso, de não reduzir aquilo que pode ser ampliado”. Thiago
202 Figueiredo Santana (Igam): “Eu acho que bom senso é uma questão individual. Eu acho que não é
203 paltável a isso, esse tipo de adjetivo. E também como senhor falou anteriormente, trata-se de direito
204 público, faz-se o que está na lei, e aqui temos um recorte do que está na lei. Essa é a proposta”.
205 Presidente Marcelo da Fonseca: “Pelos manifestações da Faemg e do Professor Sylvio, creio que a
206 não vamos chegar a uma redação de consenso. Poderíamos seguir para votação. Alguém tem alguma
207 outra proposta?” Conselheiro Eduardo M. de Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Bom dia
208 a todos. Professor Sylvio, uma questão de esclarecimento, porque quando foi criada a Lei da Política
209 Nacional de Recursos de Meio Ambiente e 10 anos depois foi feita a Lei Nacional de Política de
210 Recursos Hídricos, houve muita discussão dessa questão de separação do meio ambiente em solo,
211 vegetação e recursos hídricos, propriamente dito. Considerando que recursos hídricos não é só água,
212 é todo o sistema hidrológico que o ambiente encorre. No caso a sua ideia é simplesmente dar uma
213 ênfase aos recursos hídricos em detrimento desse entendimento maior de Meio Ambiente?”
214 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Obrigado pelo questionamento. Na verdade eu nem queria
215 entrar nessa seara, porque a gente já tem uma uma resistência muito grande de achar que recursos
216 hídricos e meio ambiente não se tratam no mesmo conselho. Como se nós pudéssemos separar água,
217 a água não faz parte do meio ambiente, ela um ente a parte. Na verdade eu acho que a redação que
218 era dada à questão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos era mais adequada, mas eu percebo que
219 é uma certa resistência inclusive para que nós possamos ampliar até a discussão sobre recursos
220 hídricos. Eu peço a gentileza que me indiquem onde está essa redação na Lei que foi dito. Você pode
221 indicar onde está a restrição de assuntos que podem ser tratados pelo Conselho Estadual?”
222 Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Não é uma restrição do que pode ter
223 tratado. No caso está se reportando à lei 13.199, de 1999, no artigo 2º, conta exatamente a redação
224 que foi posta para votarmos”. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “O senhor defendeu até muito bem
225 no início da sua fala, antes da Ana Paula sobre a questões dos limites da política pública do direito
226 público, onde a gente faz o que está delimitada em lei. Então existem conselhos, mas que podem
227 atuar sobre interação, mas são unificações”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Muito
228 obrigado e inclusive sobre a questão de bom senso, cada um tem seu. Isso é verdade. Eu só queria
229 que nós fizéssemos a coisa de maneira correta, vamos ver o artigo 2º, mas também o 3º, porque
230 também trata da questão dos fundamentos da Lei, que não se extinguem no artigo 2º, eles se
231 estendem ao 3º. Então vamos ler o artigo 3º para verificar se todas aquelas coisas que estão lá estão
232 aplicáveis são aplicáveis a redação dada. Vamos fazer assim”. Thiago Figueiredo Santana (Igam):
233 “Fique à vontade Conselheiro, pode realizar a leitura e realizar uma proposta”. Conselheiro Sylvio
234 Luiz Andreozzi (UFU): “Eu acabei de propor Thiago. É que com a redação que nós sugerimos, todos
235 aqueles fundamentos que estão no artigo 3º podem e devem ser observados no conselho, que estão
236 escopo da lei a lei não se limita ao artigo 2º. Então vamos trabalhar desta maneira”. Presidente
237 Marcelo da Fonseca: “Professor Sylvio, leia para nós por gentileza, a sua proposta”. Conselheiro Sylvio
238 Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo, você que vai conduzir a reunião? Quando você solicitar a minha
239 proposta eu apresento. Obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu gostaria que o Senhor
240 trouxesse à luz o artigo 3º, por favor, para que possamos refletir junto com o artigo 2º”. Conselheiro

241 Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Eu vou colocar no chat, pode ser Marcelo?” Conselheiro Eduardo M. de
242 Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Se você me permite, Professor Sylvio, eu gostaria de
243 fazer só uma pequena observação, me parece que a Ana Paula já havia feito essa colocação quanto
244 a utilização do termo ‘regime satisfatório’, porque não fica claro satisfatório para quem. Então eu
245 acho que o termo não está adequado nessa frase. Somente isso, desculpa Sylvio, obrigado.”
246 Presidente Marcelo da Fonseca: “A questão colocada Neneco, é a redação original da 3.199”.
247 Conselheiro Eduardo M. de Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Eu entendo isso. Eu só
248 acho que não precisamos repetir uma coisa que já gera dúvida lá, pois não estamos mexendo lá,
249 estamos mexendo aqui. Eu acho que aqui poderia deixar só ‘quantidade e qualidade’, porque nós
250 não estamos desobedecer a regra, não estamos infringindo a regra, não estamos contra pondo a
251 regra, mas de certa forma corrigindo. Porque o termo é subjetivo, igual eu acho aquilo bonito e você
252 não acha, eu acho aquilo ali bom e você não acha, aqui para mim é satisfatório para outro pode não
253 ser. Entendo que para um setor pode ser satisfatório para outro não. Então como é uma política eu
254 acho que não devia ter nessa questão de tão subjetiva”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Professor
255 Sylvio, o senhor colocou no chat? Eu não recebi. Nós vamos projetar a Lei aqui, para facilitar, só um
256 instante”. Conselheiro Nelson Cunha Guimarães (Copasa): “ Só um comentários sobre a colocação
257 do Eduardo, é importante a gente falar de regime de escoamento, porque é qualidade de água,
258 quantidade de água e regime de escoamento. São coisas diferentes”. Conselheiro Eduardo M. de
259 Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Eu acho que assim fica mais correto, do que o termo
260 ‘satisfatório’”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Está projetado o artigo 3º, conforme o pedido do
261 professor Sylvio, eu vou fazer uma leitura rápida para gente fazer essa análise: ‘Na execução da
262 Política Estadual de Recursos Hídricos, serão observados: I – o direito de acesso de todos aos recursos
263 hídricos, com prioridade para o abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas; II – o
264 gerenciamento integrado dos recursos hídricos com vistas ao uso múltiplo; III – o reconhecimento
265 dos recursos hídricos como bem natural de valor ecológico, social e econômico, cuja utilização deve
266 ser orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável; IV – a adoção da bacia hidrográfica,
267 vista como sistema integrado que engloba os meios físico, biótico e antrópico, como unidade físico-
268 territorial de planejamento e gerenciamento; V – a vinculação da cobrança pelo uso dos recursos
269 hídricos às disponibilidades quantitativas e qualitativas e às peculiaridades das bacias hidrográficas;
270 VI – a prevenção dos efeitos adversos da poluição, das inundações e da erosão do solo; VII – a
271 compensação ao município afetado por inundação resultante da implantação de reservatório ou por
272 restrição decorrente de lei ou outorga relacionada com os recursos hídricos; VIII – a compatibilização
273 do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio
274 ambiente; IX – o reconhecimento da unidade do ciclo hidrológico em suas três fases: superficial,
275 subterrânea e meteórica; X – o rateio do custo de obras de aproveitamento múltiplo, de interesse
276 comum ou coletivo, entre as pessoas físicas e jurídicas beneficiadas; XI – a gestão sistemática dos
277 recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade; XII – a descentralização
278 da gestão dos recursos hídricos; XIII – a participação do poder público, dos usuários e das
279 comunidades na gestão dos recursos hídricos.’ Professor Sylvio, explique por favor em que isso não
280 está contemplado lá”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo, o que eu deixo é que a
281 deliberação normativa, que tem a seguinte definição: ato normativo por meio do qual são

282 estabelecidas diretrizes, disposições regulamentares, técnicas e padrões para preservação e
283 conservação dos recursos hídricos. A redação proposta pela Faemg restringe as DNs a controle de
284 recurso hídrico, a sua utilização em quantidade, qualidade e regime. Parece que, por exemplo, o
285 respeito à descentralização ela não aparece nesse controle de utilidade, qualidade e quantidade. É
286 muito restritivo e engraçado que a o artigo 2º volta dizer, ele faz parte que define a lei. É o segundo
287 mais o terceiro, não apenas o segundo”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Vamos lá, o artigo segundo
288 define para que a política existe, para tratar aqueles três aspectos. e o terceiro é que para atingir
289 aqueles aspectos que estão à muito bem definidos, serão observados esses dispostos. Então uma
290 coisa não exclui a outra, o artigo 3, não amplia o objetivo da Lei, ele fala que para alcançar os objetivos
291 da lei que está no artigo 2, deverão ser observados e em postos aqui. Então eu discordo do Senhor
292 ao falar que o terceiro amplia o segundo. O terceiro define como fazer para alcançar o que está
293 expresso no artigo 2. Então eu queria ouvir o Senhor nessa linha e depois os que estão com as mãos
294 levantadas. Por favor Sylvio”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo, nós temos opiniões
295 diferentes, até porque se nós olhamos o que está escrito na lei, não fala que o artigo 3 é uma
296 explicação do 2. Tanto o 2 quanto o 3 compõem a mesma sessão da Lei. Então os dois são
297 complementares, o segundo não tem para explicar o primeiro, ele é complementa. São opiniões
298 diferentes”. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “É mais ou menos o que o
299 Marcelo falor. Na verdade o que o professor Sylvio acabou de falar, quem complementa, não está
300 errado, mas o artigo fala da Política Pública. O artigo 3 fala da execução da Política Pública. Qualquer
301 ato de execução do artigo 2º vai levar como parâmetro o artigo 3. Não é necessário você repetir isso,
302 ele não está deixando de ser contemplado, são momentos da política diferentes, o artigo 2 trata da
303 elaboração da Política Pública as ações e os programas. O artigo 3 vem para tratar do momento de
304 execução da Política Pública. Então não deixa de ser observado quando do momento correto. É uma
305 questão de interpretação e de práticas legislativas na hora da elaboração da lei. Eles são
306 complementares, fazem parte da mesma sessão, só que não há necessidade de repetição do mesmo,
307 porque eles falam de momentos diferentes, um da estruturação e elaboração da Política, o outro
308 momento de execução da Política Pública”. Conselheira Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Bom dia a
309 todos. Eu só quero fazer uma observação, até depois toda explanação que vocês fizeram, e a próprio
310 Verônica também complementou, para mim pelo menos não tem dúvida, o que eu quero deixar
311 ressaltado não só para esse artigo, são para todos os destaques que a gente está discutindo aqui. Se
312 a gente for rediscutir tudo a fundo é igual foi feito na outra na outra reunião, nós não vamos sair
313 daqui, vai acontecer a mesma coisa e o Regimento não vai ser votado novamente porque o quorum
314 vai diminuindo e a gente não vai ter a deliberação de rendimento. Então, eu acho que a gente tem
315 que ter uma certa discussão, os pontos de vista podem ser expostas de tudo mais, mas a gente tem
316 que ser mais objetivo para a podermos terminar a votação dessa norma. Divergências sempre vão
317 existir, isso é óbvio. Vendo que há divergência, pões para votação e a proposta que receber mais
318 votos, ok, ela que vai ficar. Eu acho que a gente tem que fazer isso, porque do contrário nós não
319 vamos conseguir concluir o trabalho”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu queria
320 trazer aqui duas coisas. Um, só para poder tranquilizar os conselheiros quanto aquele artigo que foi
321 lido, que trata da Política de Recursos Hídricos que vai ser executada por uma série de atores, têm o
322 lgam com seu papel, tem um Conselho seu papel, tem os Comitês de Bacia o seu papel, etc, com a

323 descentralização e tudo mais. Aqui a gente está tratando especificamente de atos do Conselho de
324 Recursos Hídricos, é muito ampla a gama de situações e questões que afetam a quantidade e
325 qualidade de regime de Recursos Hídricos, como está na própria lei e como tem sido feita de liberação
326 nessas matérias ao longo desses anos. A outra coisa é que nos temos aqui no artigo 5º para discussão
327 e deliberação eu estou entendendo que colocando em votação, vai ser votado todo esse quadro
328 inteiro, com as suas três linhas, artigo 5, incisos I, II e III. Correto? Só me tira essa dúvida. E com essas
329 considerações, podemos partir para a votação”. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Só para te deixar
330 um pouco mais abrangente o cenário de discussão, qualquer interface de ato normativo que seja
331 vinculada a qualquer instrumento de gestão, ela cabível de se enquadrar em qualquer um desses três
332 termos aqui, qualidade, quantidade e regime. Seria uma visão reducionista a gente falar que a
333 cobrança não se encontraria nessa discussão. Então a lei traz isso, de uma forma genérica para não
334 ter que dentro de um artigo de especificação de atribuição, especificar cada uma das ações que cabe
335 ao Conselho. Obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Thiago. Então vamos para
336 votação”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo, é interessante isso, eu concordo
337 exatamente com o que o Thiago falou. Eu acho muito reducionista sem especificar. Deixa aberto e
338 que seja respeitado o fundamento da lei. Eu vou colocar uma questão aqui clara para exemplificar,
339 salvo engano é o item 12 que fala em gestão compartilhada. Descentralização da gestão dos recursos
340 hídricos, em quais daqueles três itens que são colocados para deliberação normativa eu encaixo de
341 centralização de recursos hídricos? Em qual dos três? Na discussão de quantidade, na discussão de
342 qualidade, do recursos hídricos? Onde que eu entro com essa questão da gestão compartilhada?”
343 Presidente Marcelo da Fonseca: “Mas, o Senhor vai fazer gestão compartilhada para que?”
344 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Nós não estamos falando sobre isso Marcelo. Nós estamos
345 falando sobre o que seria permitido numa diretriz normativa, Marcelo. E aí está reduzido, eu posso
346 tratar de três assuntos nas diretrizes normativas, quantidade e qualidade”. Presidente Marcelo da
347 Fonseca: “O Senhor pode tratar de qualquer assunto que venha a contribuir para quantidade e
348 qualidade e regime, é isso que a política fala, é esse o objetivo da política”. Conselheiro Sylvio Luiz
349 Andreozzi (UFU): “Marcelo, nós temos uma outra interpretação no Conselho a respeito disso, não é
350 exatamente neste aqui, mas toda vez que nós vamos discutir outorga agora, está escrito na lei
351 inclusive, que as discussões relacionados a outorga só podem tratar de quantidade e qualidade.
352 Porque restringiu a discussão de outorga a isso e qualquer outro assunto da fora disso não pode
353 ser trocado no processo de outorga, porque é o que está escrito. E o que está escrito aí. Não está
354 escrito na lei, é uma diretriz normativa da Semad. Eu volto a insistir pela última vez, até porque é
355 cansativo o que se faz aqui. O que eu peço é para que não se restrinja. Não que não se observe a lei,
356 mas que não se restrinja”. **Item 5) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Marcelo da Fonseca: “Pergunto
357 aos conselheiros se há alguma manifestação”. Conselheiro Leocádio Alves Pereira (Dmae Uberlândia):
358 “Nós tivemos aqui na bacia do rio Uberabinha, vocês já devem ter ciência do problema, houve um
359 rompimento em decorrência daquele sistema de irrigação, aqueles piscinões e esse rompimento
360 causou transtornos ao rio Uberabinha, ao afluente e o Rio Uberabinha e afetou a nossa captação de
361 água. Nós tivemos que parar para algumas situações, reduzir vazão e hoje o rio Uberabinha, está
362 ainda com essa carga de matéria orgânica, então eu estou registrando aqui juntar o Conselho da
363 necessidade de verificações, a fiscalização já aconteceu, mas eu acho que esses tipos de barramentos

364 terão que a ser mais fiscalizados, já é o segundo. Aconteceu um em Perdizes, do mesmo modelo,
365 agora o segundo. É um processo de irrigação, de produção, mas nós temos que verificar isso. Então
366 o Dmae Uberlândia está colocando esse assunto nessa reunião e nós estamos preocupados com os
367 demais tipos de barramentos, eles são pequenos, mais causam todos esses problemas caso venham
368 a ter esses rompimentos. Atingiu a área produtiva, mas principalmente atingiu os recursos hídricos e
369 abastecimento público. E os demais usos podem ter ficado prejudicados, mas a gente não tem
370 registro aqui. É isso que eu gostaria de colocar.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado. E
371 aproveito a sua manifestação, Leocádio, nós temos aqui presente nessa reunião representante do
372 CREA-MG, acho que nós precisamos, Marcos, ter uma atuação aí do CREA-MG nestas estruturas. São
373 estruturas que segundo consta, e após as primeiras verificações, tiveram aí algumas fragilidades no
374 processo construtivo e acho que valeria a pena verificar, a equipe do Igam e de todo o Sisema está à
375 disposição para gente sentar e discutir um pouco sobre ações de fiscalização dentro dessas
376 estruturas. Hoje, nós temos uma liminar, não é Doutora Carolina? Uma liminar do processo judicial
377 que traz algumas obrigações ao Estado e Igam, em relação a essas estruturas, no que diz respeito ao
378 cadastro, alguns documentos necessários para a construção, estamos trabalhando aqui na versão
379 final de um acordo, de uma resolução consensual, desse expediente, onde na ausência de normativos
380 técnicos e legais, mesmo que traga responsabilidade com relação às estruturas, nós iremos
381 apresentar algumas propostas no sentido de como deverão ser construídos, alguns documentos
382 técnicos necessários, nós entendemos essa questão de fundamental importância, por ser uma
383 atividade regulada e fiscalizada pelo CREA-MG nas suas atribuições, que tem uma atuação muito
384 próxima dessas estruturas com a fiscalização do CREA-MG. Ok? Passo a palavra à Dra. Carolina, pois
385 acredito que ela queira se pronunciar sobre esse tema e na sequência passo a conselheira Verônica,
386 que já havia feito a inscrição para fazer uso da palavra e gentilmente cedeu ao conselheiro Leocádio.”
387 “Conselheira Carolina Frare Lameirinha (MPMG):” Obrigada Marcelo, eu serei breve, exatamente só
388 para complementar a sua manifestação e reportar ao conselheiro representante do Demae, de que
389 existe essa ação civil pública movida pelo Ministério Público, exatamente porque foi detectado que
390 houve uma proliferação de construção dessas estruturas no nosso Estado, que devem ser
391 incentivadas para fins de da produção econômica, mas não houve uma atenção aos critérios técnicos
392 construção, que acabaram gerando alguns incidentes de ruptura. Então o Ministério Público está de
393 fato atuando junto ao Igam, para chegarmos a uma solução consensual. Estamos bem próximos,
394 possivelmente nessa semana conseguimos finalizar e o Ministério Público indicou algumas diretrizes
395 técnicas a serem exigidas, por ocasião dos processos de outorga ou declaração de construção desses
396 piscinões, num momento posterior a outorga, a depender da capacidade altura da estrutura. Então
397 é uma questão que nós estamos atentos, tanto Ministério Público quanto o Igam, e acredito que em
398 breve conseguiremos avançar na regulação do tema aqui no nosso Estado. Só pontuando que nós
399 estamos fazendo uma regulamentação mínima, mas que é necessária uma regulamentação por parte
400 do setor de engenharia, por ser uma obra de engenharia. Então como há uma ausência de normativa
401 do setor competente, nós vamos estabelecer algumas diretrizes mínimas para a gente ter uma
402 segurança jurídica e técnica, para a continuidade do funcionamento das estruturas no estado.
403 Obrigada Marcelo”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Dra. Carolina. Passo a palavra à
404 Verônica”. Conselheira Verônica Ildfonso Cunha Coutinho (Segov): “A minha temática não é sobre

405 esse assunto. Caso haja outro interessado em dar continuidade, não há problema para mim”.

406 Conselheiro Marcos Temponi (Crea-MG): “Levando em consideração as colocações, Marcelo, o Crea-

407 MG está inteiramente à disposição, nós fazemos questão de proximidade aí com todos os órgãos,

408 sentido de colaborar na fiscalização e elaborando procedimentos mais assertivos, mais incisivos por

409 parte do Crea-MG no que tange a fiscalização. Nós estamos inteiramente à disposição e contamos

410 obviamente e pedimos que sejamos realmente cobrados diante das demandas necessárias, porque

411 o Crea-MG realmente fiscaliza, mas quando tem uma indicação de fiscalização, fica mais fácil. A gente

412 faz a diligência e solicitamos como forma de ajudar realmente a sociedade civil. Como representante

413 do Crea-MG no conselho, coloco a instituição inteiramente à disposição para o que precisarem, é só

414 provocar e estaremos atendendo plenamente. Muito obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca:

415 “Obrigado Marcos. Eu pergunto se os demais inscritos querem se manifestar sobre os piscinões”.

416 Conselheiro Jadir Silva Oliveira (Siamig): “Eu queria manifestar a respeito dos piscinões, que são

417 estruturas importantíssimas para acumulação de água, para irrigação principalmente, mais

418 realmente alguma coisa precisa ser feita, pois há recorrência de algumas estruturas, que não são

419 represas e não é são barragens, de acordo com conceito que é mais conhecido do que é uma

420 barragem, mas tem o barramento na crista dessas estruturas e tem acontecido alguns rompimentos.

421 Eu acho que o tamanho dessas estruturas, tem estruturas realmente muito grandes e eu acho que a

422 participação do Crea-MG nessa discussão, nas ações, a Secretaria de Agricultura, a própria Faemg,

423 dentro dessa defesa, desse interesse da manutenção. Eu acho que a gente não tem que condenar as

424 estruturas porque houve esses casos, às vezes até com uma recorrência, de dois, três casos até agora,

425 mas tem indicado para gente que alguma coisa precisa realmente ser observada com um pouco mais

426 de rigor. Então essa é a minha manifestação, que a discussão deva ser realmente aberta, eu não

427 tenho qualificação técnica para dizer que a estrutura é ou deveria ser, como deveria ser, mas talvez

428 rever a o tamanho das estruturas, as capacidades de segurança, que acho e isso é onde entra o Crea-

429 MG na discussão. Eu acho muito importante realmente abrir uma discussão a respeito desse assunto,

430 porque são estruturas fundamentais para a manutenção de irrigação, nos períodos e nas regiões

431 onde ser tem conflitos por uso de recursos. Essa é a minha colocação e a respeito do assunto. Ok?

432 Obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Jadir, passo a palavra ao Tonhão”.

433 Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira Paracatu (Mover): “Bom dia pessoal! Marcelo, nós estávamos

434 com a ideia de colocar na reunião plenária Paracatu, de amanhã, uma solicitação para que a Supram

435 realize fiscalização na nossa região. Eu acredito que a região onde há mais piscinões em Minas Gerais

436 é aqui na bacia do Paracatu e não sabemos o número de piscinões, eu acho que nem a Supram, nem

437 o Estados têm essa informação. Como a gente já foi vítima aqui, não foi uma, nem duas vezes,

438 inclusive teve um piscinão que rompeu acima de Presidente Olegário, em Varjão de Minas, que levou

439 sedimento a mais de 200 km rio abaixo e foi para o rio Paracatu e quando aconteceu esse

440 rompimento, através da coordenação do Ministério Público na região aqui da Bacia do Paracatu e

441 Urucu, é se iniciou uma ação a respeito disso. Eu acho que tem que ter uma ação concreta, com o

442 passar da hora vão romper mais piscinões, esse de Uberlândia me deixou extremamente preocupado

443 porque atingiu o manancial que abastece uma população muito grande. Por enquanto, pois por aqui

444 os que aconteceram, levaram muito sedimento para dentro do corpo d’água e foi uma confusão, não

445 é o primeiro, não foi uma nem duas vezes que aconteceu isso aqui. Eu acho que tem que ter

446 providências antes que aconteçam situações muito piores. Aqui na nossa região não sabemos
447 quantos piscinões existem. Então fica a sugestão para que o Igam acione a Supram, para que realizem
448 junto com Crea-MG, uma ação conjunta para verificar esses piscinões. Nós já vamos chegar no
449 período chuvoso de novo e não sabemos a quantidade de chuva que vai cair aqui na bacia e nós, com
450 certeza teremos problemas novamente Um abraço a todos”. Presidente Marcelo da Fonseca:
451 “Obrigado, Tonhão. Só para complementar a informação que eu trouxe logo no início, nós temos
452 hoje cadastrados aqui no Igam, da ordem de 344 piscinões. Então, acompanhado aqui pelo Igam, no
453 âmbito desta ação civil pública, e os dois regionais onde tem uma maior concentração é Noroeste,
454 Alto Paranaíba e Triângulo, em função exatamente das características da utilização de água nessas
455 regiões”. Conselheiro Marcos Temponi (Crea-MG): “Eu só gostaria de esclarecer que eu coloquei aqui
456 o Crea-MG à disposição, mas na realidade a função do Crea-MG é a fiscalização do exercício legal das
457 profissões, então esses piscinões são obras civis e claramente toda obra civil que envolve a
458 engenharia, ela tem que ter um responsável técnico. Então se a uma responsabilidade técnica,
459 obviamente o Crea-MG fiscaliza se está tendo alguma situação, porque às vezes tem construção, de
460 não piscinões, mas obras de movimentação de terra, que acabam não tem nenhuma
461 responsabilidade técnica, não é porque o Crea-Mg não fiscaliza que as pessoas vão fazer obras sem
462 responsabilidade técnica. Então, o que o Crea-MG faz na realidade é a fiscalização do exercício das
463 profissões. Então se tem um profissional responsável, primeiramente a responsabilidade não é o
464 Crea-MG que vai ter a responsabilidade de organizar as coisas, é o próprio profissional que executou
465 o projeto e ele tem a responsabilidade por todos os atos, por tudo que acontece antes, durante e
466 depois da obra”. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Inicialmente eu só queria
467 lembrar que existe uma instrução de serviço Sisema, versando sobre esse tema que está sendo
468 discutido, a 04 de 2019, que deve ser cumprida pelos empreendedores. Ela cobra a apresentação do
469 projeto com ART (Anotação de responsabilidade técnica) e a depender do tamanho do piscinão, é
470 ainda o plano de ação de emergência. Mas, aí saindo agora do tema, eu só queria chamar atenção
471 aqui para o fato de que esse conselho tem que ser um pouco mais, eu não sei se profissional seria a
472 palavra correta, ou técnico. As discussões têm que ter algum propósito e algumas são trazidas aqui,
473 me parece que tem um truque meramente protelatório, que eu acho que inclusive prejudica
474 sociedade, é a prestação quase que de um desserviço. Eu não vejo utilidade de ficarmos 40 minutos
475 discutindo a ordem de uma votação, se pressupondo talvez com uma certa influência de setores etc.,
476 nós passamos aqui três reuniões que poderiam ter processos, esses sim contribuem para a eficiência
477 do Conselho, passamos três reuniões discutindo pontos que nada agregam, colaboram, acrescentam,
478 tecnicamente as excursões. Embora Maria Tereza esteja discordado e vá se manifestar, eu não vejo
479 utilidade em discussões levantadas como a ordem de votação. Até não conseguir entender qual o
480 argumento técnico para isso. Talvez como a Maria Tereza vai se manifesta, talvez ela consiga me
481 explicar qual é o benefício para a sociedade civil, que se tenha na ordem de votação. Então eu acho
482 que nós temos que ter posturas e falas mais respeitadas, se perdeu um pouco foco das discussões,
483 os ânimos ficaram acirrados, algumas manifestações eu entendi assim como seus desrespeitosas,
484 somos todos profissionais técnicos aqui. Acho que temos que ter mais zeno na nossa fala e devemos
485 ser um pouquinho mais pragmáticos, com discussões que inclusive as levantadas aqui nesse
486 momento, que tem toda uma contribuição a ser feita efetivamente. Obrigado”. Conselheiro Eduardo

487 M. de Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Obrigado pela palavra. Eu até não queria
488 polemizar, mas eu posso como representante de ONG, que já fui, representante da sociedade civil,
489 que já fui hoje como Servidor Público, que sou, eu entendo perfeitamente porque eu como servidor
490 público da prefeitura de Belo Horizonte, eu voto em acordo e orientações que as diretrizes que a
491 própria Secretária me passa, às vezes até o próprio gabinete me passa algumas orientações,
492 independentemente da minha opinião pessoal. Então a minha argumentação pode até ser pessoal,
493 porque eu que sou o representante, mas a posição institucional, no meu caso, ela prevalece. Então
494 a questão que foi colocada pelo professor Sylvio, eu acredito, ela é pertinente independentemente
495 de eu concordar ou não concordar, ela é pertinente. O livre arbítrio ao pensar que ao se expressar
496 ele deve ser considerado. Eu não achei que as falas foram desrespeitosas, acho que pode ter havido
497 pessoas que se sentiram desrespeitadas, mas eu não vi desrespeito em momento algum,
498 principalmente porque o Professor Sylvio é uma pessoa extremamente educada, ele é extremamente
499 educado. Então, me desculpe eu ter me pedido, mas foi em decorrência da fala da Verônica, eu já
500 estive dos dois lados, eu entendo perfeitamente o que que ela quis dizer. Mas, na verdade o que eu
501 queria Marcelo, é simplesmente te perguntar se já tem alguma previsão para apresentação sobre o
502 Marco Regulatório Sanitário, convite já realizado ao MBR que ele próprio se propôs a fazer, inclusive
503 acrescentar nessa apresentação a destinação dos recursos da Eletrobrás para recuperação das bacias
504 hidrográficas, se eu não me engano, bacia do São Francisco e não sei se foi do Paraíba ou do
505 Paranaíba, não me lembro qual foi a segunda bacia. Porque naquela reunião nós tínhamos um
506 quórum muito baixo, não sei se você se lembra, e como estamos nesse momento com um quórum
507 muito maior, estou falando para que os outros conselheiros que não estavam presentes, saibam que
508 que ele se colocou à disposição e você também se colocou à disposição para fazer o convite. Então
509 eu gostaria de saber se já há alguma previsão quanto a esse convite. Obrigado e desculpa aos demais
510 conselheiros”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Eduardo, te respondendo, nós estamos
511 tentando viabilizar para que a apresentação ocorra na reunião a próxima ordinária desse Conselho
512 que é de setembro. É só uma questão de agenda que ainda não definimos, mas sendo impossível a
513 participação é do MBR, na data prevista para a reunião ordinária, muito provavelmente a gente fará
514 uma reunião extraordinária para poder viabilizar apresentação dele. Já estamos tentando
515 compatibilizar para reunião ordinária de 21 de setembro”. Conselheiro Eduardo M. de Farias Tavares
516 (Prefeitura de Belo Horizonte): “Foi exatamente o que eu pensei, em setembro eu vou estar de férias,
517 mas mesmo estando de férias, eu gostaria de estar presente nessa reunião, por isso que eu te
518 perguntei. Muito obrigado”. Conselheiro Josias Gomes Ribeiro Filho (Prefeitura Municipal de
519 Araçuaí): “Presidente e demais conselheiros, a preocupação que eu trago aqui, eu acho que já falei
520 em outra oportunidade, é a bacia do Jequitinhonha e do Pardo, as quais eu represento, em nome da
521 Prefeitura de Araçuaí, começa a viver um momento de escassez hídrica mais forte, desde o mês de
522 julho, e vem se acentuando com o passar do tempo. De sorte que é nós temos uma grande barragem,
523 chamada barragem do Setúbal, próxima a cidade, e ela tem uma capacidade de efluência de até 3
524 m³/segundo. Ela é que acaba sendo o principal tributário do Rio Araçuaí, que é da Bacia do
525 Jequitinhonha. Essa barragem foi inaugurada a cerca de 12 anos, ela tem um gravíssimo problema
526 que é da alta turbidez da água, que foi decorrente desse projeto, especificamente. Então a água com
527 alta turbidez devido a um silte, do terreno, do solo e isso causa transtornos né a cidade banhada pelo

528 rio, a jusante da barragem e a própria a cidade de Araçuaí. É um problema recorrente que nós já
529 solicitamos através do comitê de bacia que esse problema que fosse resolvido, mas vem sendo
530 adiado recorrentemente. Então eu estou utilizando aqui desse espaço, como membro efetivo titular,
531 desse colendo Conselho, para solicitar e reforçar a necessidade de providências em relação a essa
532 mais importante barragem, maior barragem na bacia do Rio Araçuaí. É um rio que banha 23 é
533 municípios do Nordeste de Minas. Então, solicitar através do Ministério Público, aqui do gabinete,
534 para que as providências através da Semad sejam levadas à frente, no sentido de sanar esse
535 gravíssimo problema, que leva os ribeirinhos a utilizarem até sulfato de alumínio para poder fazer a
536 decantação da água, é uma água de elevada turbidez mesmo. Então é uma solicitação que eu faço
537 como representante que sou das bacias do Jequitinhonha. Muito obrigado”. Presidente Marcelo da
538 Fonseca: “Obrigado Josias, pelo registro. A gente tem algumas estruturas dessas barragens que estão
539 sob responsabilidade do governo do Estado, por meio da Seapa, como é o caso da barragem de
540 Setúbal e outras. A gente vai repassar nessas informações para a Secretaria de Agricultura e Pecuária
541 para ver se há alguma questão associada e ao seu gerenciamento ou se é uma questão de uso e
542 ocupação do solo no entorno do reservatório, na sua área de drenagem”. Conselheira Maria Teresa
543 de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu ia me inscrever e acabou confirmando depois da fala da
544 conselheira Verônica, quero começar manifestando o meu repúdio, por que a meu ver ela
545 desrespeitou um conselheiro, que está nesse conselho nem como sociedade civil, está como
546 representante de uma Universidade que também faz parte da sociedade civil, as discussões que eu
547 acompanhei hoje, consegui não ter problema de sinal, o professor Sylvio foi de um posicionamento,
548 uma atenção, ele cumpriu o seu papel, é inaceitável que um outro Conselheiro, no caso inclusive
549 representando a Secretaria de Estado de Governo tenha trazido um questionamento à participação
550 que é legítima de um conselheiro, trazendo as suas considerações uma minuta de DN. Não sei se é o
551 caso, eu já respondi à comissão de ética por uma acusação similar de que estava com os meus pedidos
552 de vista na Câmara de Atividades Minerárias, tendo atitudes protelatórias, isso foi objeto de não foi
553 considerado o que isso era algo incorreto, o fato de uma atuação de um conselheiro. Então eu queria
554 registrar realmente lamentável. Lembrar que quando são questões que outros setores como no
555 produtivo, usa de todas as suas prerrogativas na discussão, no conselho, que muitos conselheiros
556 podem entender que também não tem um sentido para aquele teor que está sendo discutido e isso
557 é entendido no caso como algo legítimo. Então eu lamento a manifestação feita precisamente pela
558 representante da Secretaria de Estado do Governo, apontando claramente que toda a atuação e
559 empenho de um conselheiro na discussão dessa minuta, trazendo realmente considerações válidas
560 e pertinentes a meu ver, tem sido entendido como desnecessária, protelatória. Mas, eu me inscrevi
561 para perguntar se o Estado tem um plano sistêmico diante desse período de escassez que se avizinha,
562 tivemos duas falas de preocupação e determinadas bacias hidrográficas, são outras bacias que nós
563 temos acompanhado, uma possibilidade de nesse período de estiagem temos situações graves, saber
564 se a Semad e o Igam têm um plano preparado para situações graves de escassez hídrica que
565 poderemos ter nesse segundo semestre de 2022. Era isso”. Presidente Marcelo da Fonseca:
566 “Obrigado Maria Teresa, com relação a esse último item colocado, nós temos um acompanhamento
567 da situação hídrica, o que a gente percebe nesse período comparado com o ano passado, que foi um
568 ano extremamente preocupante, que a realidade está diferente para melhor. No ano passado, no

569 início de agosto, nós já tínhamos regiões com declarações de escassez publicadas, ainda não temos
570 até o momento, algumas com situação de alerta. Então, dentro do que é monitorado aqui, estamos
571 dentro de uma situação relativamente tranquila, mas a Defesa Civil, como o órgão do Estado que
572 coordena todo esse apoio imediato de abastecimento, já tem sempre um plano de atuação, no ano
573 passado em função das características da situação hídrica foi necessário criar um grupo de
574 acompanhamento de enfrentamento, mas até agora, pela variação que nós temos aqui ainda não foi
575 necessário instituir esse grupo, o que não é indica que não estão sendo tomadas medidas nesse
576 sentido. A parte de caminhões-pipa principalmente no semiárido e outras atuações estão sendo
577 pontuais vêm sendo trabalhadas. A gente está acompanhando aqui e a situação não está pior do que
578 estava no passado, muito pelo contrário, nós temos uma situação melhor do que comparado com os
579 últimos anos”. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Eu já havia levantado a mão previamente à
580 Verônica, porque eu sabia que a frase dela seria mal interpretada por alguns aqui não conselho. É só
581 deixar claro que a Verônica, na fala dela ela cerceia oportunidade a pauta por qualquer tema aqui
582 por Conselheiro. O que ela coloca aqui é o nosso tempo valioso de proposição de política pública está
583 a 40 minutos discutindo uma ordem de lista. Ninguém questionou o motivo nem o conselheiro de
584 propor algo, ela não questiona isso, ela questiona o tempo da proposição de política pública que não
585 uma fala até mesmo da conselheira Maria Teresa, nós poderíamos estar discutindo aqui, que é a
586 escassez hídrica, a chuva, que a chuva em Belo Horizonte caiu após 72 dias, em Juiz de Fora que está
587 com maior número de dias sem chuva. Esse tipo de discussão que a gente poderia estar ocorrendo a
588 40 minutos aqui, mas a gente estava discutindo, a 40 minutos, a ordem da lista. Na terceira reunião
589 de pauta desse mesmo item. Então é neste sentido, não foi em nenhum momento cercear
590 oportunidade participação qualquer conselheiro, que ela não falou nem nome, nem instituição, nem
591 questionou o item. Ela questiona em tempo, em custo para o cidadão, porque aqui o custo dessa
592 reunião está sendo muito caro para o nosso cidadão, para a gente estar fazendo pautas mínimas
593 nesse aspecto é só fazer essa frase. Eu pedi antes dela, porque eu desconfiei que haveria esse tipo
594 de questionamento sobre a forma correta, que ela colocou e que em nenhum momento ela aponta
595 ou reduz qualquer Conselheiro, sobre a oportunidade trazer itens relevantes aqui para a discussão.
596 Só isso obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado. Verônica”. Conselheira Verônica
597 Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Eu acho impressionante como as falas são deturpadas. Eu não
598 disse que o professor Sylvio representa a sociedade civil, para iniciar e nem que as considerações não
599 deveriam ter sido levantadas. Eu simplesmente questionei a questão de um ponto, de levantar uma
600 polêmica tão prolongada, mas em momento algum questionei o conteúdo do que foi levantado. E
601 muito menos afirmei que o que ele fez ou qualquer outro aqui fez, tinha o intuito meramente
602 protelatório. Eu não afirmei isso, mas o bom é que a reunião fica gravada, disponibilizada e
603 sacramentado aí online, podendo inclusive ser juntada em qualquer procedimento de averiguação
604 em Conselho de Ética ou qualquer um outro. Eu acho que todo e qualquer apontamento é válido,
605 mas eu acho que a gente tem que ter objetividade e pragmatismo durante as reuniões. Obrigado”.
606 Conselheira Tuliana Macedo Vasconcelos (Seplag): “Só corroborar com o Thiago falou em defesa a
607 interpretação da fala da Verônica. Eu entendo que todo ponto pode ser tratado, pode ser trazido
608 aqui e colocado em pauta, em deliberação e votação, como foi feito em todos os apontamentos que
609 foram feitos nesses três dias em que a gente está tratando sobre a deliberação. Eu acho que se a

610 gente fosse apontar algum tipo de falha, se é que existe algum tipo de falha, é o da própria secretaria
611 da Semad, de ter deixado que ficássemos discutindo por 40 minutos um assunto, que poderia ter
612 sido assim: 'olha gente esse é o ponto para botar ou não'. Eu acho que a gente tem que tomar cuidado
613 aqui, ninguém aqui de colocou o nome ou perda de direito de nenhum Conselheiro. Agora de fato a
614 gente tem mais de 30 pessoas aqui discutindo por 40 minutos, um assunto que no final das contas
615 não foi nem aprovado. Era só em indefesa do posicionamento da Verônica". Presidente Marcelo da
616 Fonseca: "Obrigado Tuliana, Eduardo". Conselheiro Eduardo M. de Farias Tavares (Prefeitura de Belo
617 Horizonte): "Eu não vou estender muito essa conversa, mas só para vocês entendem, primeiro o ser
618 humano é um sujeito completo, prolixo, não todos, mas muitos de nós e eu me incluo nisso, se
619 sentem provocados a se manifestar de alguma forma. Pode ser positiva, negativa, errada, certa, isso
620 não isso não vem ao caso, mas se sentem. Então, o ser humano tem uma complexidade que está
621 implícita, principalmente no momento de debate ou de posições contrárias a qualquer coisa. Mas,
622 só para demonstrar isso que eu estou falando, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Thiago, se o
623 Marcelo também se sentir à vontade para fazer, eu gostaria de saber de vocês, quanto tempo que a
624 equipe da Semad, do Igam levou para redigir essa minuta da declaração do Regimento do CERH-MG?
625 Quanto tempo que vocês gastaram discutindo, para redigir essa minuta do Regimento?" Thiago
626 Figueiredo Santana (Igam): "Eu não sei quanto tempo. Até porque elaborar é mais moroso do que
627 corrigir". Conselheiro Eduardo M. de Farias Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): "Não sei, aí entra
628 a subjetividade. A subjetividade está nisso, se você baixar um decreto, não haveria necessidade de
629 se discutir o regimento. Agora, a partir do momento que você cria um grupo de discussão, é natural
630 que surjam divergências, é natural que surjam interpretações diferentes, é natural que surjam
631 contraditórios, é natural que surja posições que alguns entendam com a mais agressivas ou menos
632 agressivas, mal-educadas ou bem-educadas. Isso tudo faz parte da participação da sociedade, seja
633 ela servidor público, civil, seja ela acadêmica, institucional, de alguma prefeitura ou setor produtivo,
634 isso independe disso, se nós levamos 40 ou 10 minutos. Se nós levarmos 10 minutos, ótimo. É porque
635 talvez seja mais fácil criar um consenso. Agora se nós levamos 40 minutos e mesmo que levasse 40
636 minutos, para ela foi reprovada, também não tem problema nenhum, a nossa função de Conselheiro
637 é essa, é o debate, é o diálogo, a conversa. De preferência, com uma boa postura, de urbanidade e
638 civilidade entre nós, de respeito entre nós. Essa é que talvez seja a postura ideal. Eu acho que
639 ninguém aqui está para desrespeitar ninguém, nem para falar que alguém está induzindo alguém,
640 alguma coisa. Se o setor produtivo quisesse se reunir para tomar uma posição, a sociedade civil, pode
641 se reunir para tomar uma posição, o setor governamental pode se reunir para tomar uma posição,
642 isso é legítimo. Não tem o menor problema nisso, eu não tenho o menor problema com isso. Então
643 Thiago quanto eu te perguntei não foi sem propósito, nem para te atingir. Você sabe o tanto que eu
644 te admiro, o tanto que eu gosto de você, mas foi simplesmente para mostrar que algumas discussões
645 são mais demoradas mesmo, às vezes atenção demorado porque é difícil a compreensão da intenção,
646 da pertinência daquele assunto. Mas, eu acho que não tem o menor problema se debater, se discutir.
647 Colocou em votação, voltou contrário, acabou, foi abstenção, a favor? Acabou. A nossa função é
648 essa: discussão. Independentemente de tempo ou de prazo. Se o quórum fica prejudicado é um
649 posicionamento pessoal do representante da instituição que está dentro faz parte do Plenário,
650 Câmeras ou Unidades Regionais. Esse é um entendimento que eu tenho, se eu tiver que ficar aqui

651 até 6 horas da tarde, como já que das outras vezes, eu fico porque o meu compromisso é estar
652 representando a Prefeitura de Belo Horizonte no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, esse é o
653 meu compromisso principal. Eu sei que outros conselheiros como os representantes da academia,
654 são professores, eu não sei se a agenda do Conselho coincide com o horário de aula. Para mim é o
655 seguinte: 'quem tem mais uma prioridade, não têm prioridade nenhuma'. Quem tem prioridade, têm
656 uma. Quando tem marcada uma reunião, seja ordinária ou extraordinária, do Conselho de Recursos
657 Hídricos ou de qualquer outro colegiado, se eu falei que estarei presente eu estarei presente e vou
658 cumprir o meu papel de representante. Isso é o que eu acho que é importante destacar no colegiado.
659 Marcelo, peço desculpas por ter me alongado, mas agradeço muito a oportunidade." Presidente
660 Marcelo da Fonseca: "Obrigado Eduardo. Mais uma vez registrar o compromisso deste Conselho em
661 dar a palavra a todos que queiram se manifestar. Então essa foi a postura durante as três reuniões
662 que nós discutimos esse rendimento, não foi diferenciado de ninguém o direito de falar, por mais
663 que alguns momentos, nós nos delongamos demais em alguns assuntos que eram bem objetivos.
664 Mas, é como você mesmo disse, os outros também, faz parte desse processo. Maria Tereza, com
665 relação ao seu questionamento, a Jeiza vai esclarecer". Jeiza Fernanda Augusta de Almeida
666 (Assessora Regimental): "Conselheira Maria Tereza, em relação a disponibilização dos vídeos,
667 somente um estão indisponíveis os vídeos posteriores ao dia 24 de junho, considerando o período
668 eleitoral. Os demais vídeos a partir desta data estão disponíveis, na íntegra, no YouTube. Caso a
669 senhora queira ver, tenha a necessidade de ver algum vídeo específico, que não esteja disponível,
670 pode mandar um e-mail para a Secretaria Executiva que lhe daremos acesso a ele, na íntegra. Para
671 Senhora e os demais conselheiros. Obrigada". Presidente Marcelo da Fonseca: "Obrigado Jeiza. Mais
672 uma agradeço a todos pela paciência, de chegarmos aqui, concluímos a nossa missão, depois de três
673 reuniões. Agora temos o nosso Regimento aprovado, a equipe da Secretaria Executiva fará em todas
674 as reuniões subsequentes, em todas as unidades colegiadas, uma apresentação sobre o novo
675 Regimento. Nós discutimos aqui, mas a gente vai trazer ele de forma sistematizada, de forma a deixar
676 claro o que tem de novidade em relação ao Regimento anterior. Só reiterando que teremos 30
677 dias após a publicação a sua vigência. Que é quando ele entrará em vigor. **6) ENCERRAMENTO.**
678 Presidente suplente Marcelo Fonseca (Diretor Geral do Igam): "Não havendo mais nenhuma
679 manifestação, declaro encerrada a 129ª reunião extraordinária do Plenário do Conselho Estadual de
680 Recursos Hídricos de Minas Gerais, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marcelo da Fonseca

Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais